

#### 4 – Combate à Fraude e à Evasão Fiscal

*A fixação de metas anuais para a redução da economia não registada, com objectivos bem definidos e a adopção de políticas concretas para a sua concretização. Esta medida permitirá arrecadar uma receita adicional de 1.162 milhões de euros.*

##### Proposta da CGTP-IN

Os níveis de fraude e evasão fiscal exigem o combate sério, determinado e mensurável a estes fenómenos, uma vez que corroem a economia e fomentam injustiças.

A economia não registada em Portugal atingiu, em 2011, o nível mais alto de sempre, contabilizando 43 388 milhões de euros, 25,4% do PIB<sup>1</sup>, muito acima da média da OCDE (16,4%).

Assim a CGTP-IN propõe:

1 - A redução da economia não registada para os 22% (redução de 3,4 p.p. relativamente ao registado em 2011), através de um aumento significativo dos meios humanos (inspectores, serviços técnicos especializados) e materiais, e da dinamização da inspecção fiscal de forma a identificar o planeamento fiscal abusivo.

2 - A alteração do quadro penal e processual de forma a penalizar a fraude e evasão de grandes contribuintes, e a adopção da factura obrigatória em todo o tipo de transacções e de prestação de serviços, bem como uma maior eficácia dos tribunais fiscais.

3 - A tributação da economia que passa a ser registada permitiria o alargamento da base tributária e uma receita adicional (tendo em conta uma taxa média de imposto de 20%) superior a 1 162 milhões de euros – o suficiente para reduzir o défice público para os 3,45% do PIB<sup>2</sup>.

##### Conclusão

	Receita fiscal adicional (milhões de euros)
Criação de uma taxa de 0,25 sobre as transacções financeiras	<b>2.038,9</b>
Criação de um novo escalão na taxa de IRC	<b>1.099,0</b>
Tributação adicional dos dividendos	<b>1.665,7</b>
Combate à Fraude e Evasão Fiscal	<b>1.162,9</b>
<b>Total</b>	<b>5.966,5</b>

Fonte: CGTP-IN

<sup>1</sup> Com base nas conclusões do estudo *Índice 2011, A Economia Não Observada em Portugal*, divulgado pelo Observatório de Economia e Gestão da Fraude

<sup>2</sup> Cálculos CGTP-IN, com base nas conclusões do estudo *Índice 2011, A Economia Não Observada em Portugal*, divulgado pelo Observatório de Economia e Gestão da Fraude

Este quadro é demonstrativo de que apenas estas medidas seriam suficientes para obter receitas fiscais adicionais de **5 mil e 966,5 milhões de euros**, montante superior ao obtido com a brutal redução do poder de compra das famílias e consequente degradação da qualidade de vida de milhões de portugueses.

Existem alternativas! As propostas que agora apresentamos não são as únicas que permitem um aumento de receita fiscal, por via da taxação do capital. No quadro da discussão do Orçamento de Estado para 2013, serão apresentadas outras áreas onde é possível e necessário obter mais recursos.

Lisboa, 22 de Setembro de 2012